Título do capítulo	ANEXO B PLANO DE TRABALHO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 6/2018 – IPEA/SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
Autores(as)	
DOI	DOI: http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-009-7anexoB

Título do livro	REFÚGIO NO BRASIL: INTEGRAÇÃO DE REFUGIADOS E SOLICITANTES DE REFÚGIO EM BRASÍLIA (2019)
Organizadores(as)	João Brígido Bezerra Lima (Coordenador) José Romero Pereira Júnior Danilo Borges Dias Valéria Fechine José Alejandro Sebastian Barrios Diaz
Volume	1
Série	REFÚGIO
Cidade	Rio de Janeiro
Editora	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano	2020
Edição	1ª
ISBN	978-65-5635-009-7
DOI	DOI: http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-009-7

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2020

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

PLANO DE TRABALHO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 6/2018 – IPEA/SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

1 TÍTULO DO PROJETO

Integração local de refugiados e de solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado no Brasil.

2 OBJETO

Elaboração de um diagnóstico sobre possíveis problemas e barreiras que impedem a integração local de refugiados e solicitantes de reconhecimento da condição de refugiados no Brasil, por meio da realização de pesquisa/entrevistas e elaboração de banco de dados.

3 JUSTIFICATIVA

O presente ACT se mostra necessário tendo em vista a ausência de dados compilados e sistematizados acerca das diversas ações de integração local desenvolvidas junto ao público refugiado e solicitante de reconhecimento da condição de refugiado.

Compreende-se que o levantamento de tais informações, dados e ações que vêm sendo desenvolvidas por órgãos da Administração Pública, da sociedade civil e de organismos internacionais será fundamental para entender quais são as políticas e programas existentes, além de permitir o diagnóstico dos possíveis problemas e barreiras que impedem a integração local de refugiados e solicitantes de reconhecimento da condição de refugiados no Brasil.

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-009-7anexoB>

Nesse sentido, os produtos oriundos dos trabalhos desenvolvidos no âmbito deste ACT possibilitarão a construção de indicadores e o aprimoramento de diversas políticas públicas por parte do Estado brasileiro.

4 OBJETIVOS

A pesquisa tem por objetivo caracterizar a integração de refugiados e de solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado no Brasil. Contará com a participação do Ipea e da SNJ, conjugando esforços destes entes para a obtenção das informações necessárias à execução do projeto. Para lograr o objetivo do estudo será realizado mapeamento das políticas e dos programas para o refúgio no Brasil, bem como coleta e análise das bases de dados das instituições de maior interesse, e pesquisa de campo, através da aplicação de questionários estruturados, dirigida à população de refugiados e solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado no país. Os resultados deste estudo serão publicados em forma de livro, artigos e apresentados em seminários.

Objetivo geral

Produzir e disseminar conhecimentos para o aprimoramento de políticas públicas de integração de refugiados e solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado no Brasil.

Objetivos específicos

- Levantar e sistematizar as informações e os dados de órgãos da Administração Pública, da sociedade civil e de organismos internacionais;
- identificar e caracterizar as questões essenciais à integração junto ao público-alvo; e
- analisar as atividades e as práticas adotadas pelo poder público e seu acesso por refugiados e solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado no Brasil.

5 METODOLOGIA

Para a execução da pesquisa proposta, serão envidados esforços em duas frentes diferentes, porém complementares.

Por um lado, parte-se de estudo bibliográfico e documental com o intuito de mapear as políticas públicas e os programas voltados à proteção, ao apoio e à integração local de refugiados no Brasil. Identificadas as principais políticas públicas, os programas e/ou instituições dedicadas ao atendimento dos refugiados, poder-se-á elaborar, com base nos dados coletados por meio da pesquisa de campo, roteiros

de entrevistas a serem realizadas com os formuladores de políticas públicas, na fase final da pesquisa, haja vista o interesse em identificar os principais gargalos e propor eventuais soluções para as questões de integração local.

Por outro lado, prevê-se a realização de pesquisa de campo com vistas à montagem de uma base de dados sobre a condição dos refugiados residentes no Brasil, viabilizando a análise da integração local. Partindo-se dos dados já disponibilizados (Ipea, 2017; Acnur e CG-Conare) e de constatações feitas durante a pesquisa bibliográfica e documental, a equipe do Ipea elaborará um questionário a ser aplicado no público-alvo (refugiados e solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado no Brasil).

Após a formulação da primeira versão do questionário, o referido instrumento de coleta de dados será submetido a pré-teste no Distrito Federal, com vistas a avaliar sua consistência e propiciar eventuais ajustes que se façam necessários.

Uma vez ajustado o questionário, a pesquisa será conduzida na cidade de São Paulo, devido a sua importância representativa no território nacional. Nesta etapa, será feita a escolha da amostra aleatória por conglomerado. Tal escolha é justificada por concentrar parte de uma população em locais estratégicos como centro de acolhimento, igreja etc., para compor parte significativa da população.

Para a realização dessa etapa da pesquisa, a equipe do Ipea buscará parcerias com instituições locais dedicadas ao atendimento do público-alvo, ocupando-se do treinamento e da capacitação dos pesquisadores de campo e da supervisão do processo de aplicação dos questionários e coleta de dados.

O tratamento dos dados pela equipe do Ipea passará pela montagem de entrada de dados, definições das técnicas de codificação, tabulação das questões abertas, geração de banco de dados, confecção das estatísticas, mecanismos de geração de tabelas e gráficos em *software* estatístico para compor o relatório final.

A partir daí a etapa seguinte da pesquisa será definida conforme análise da representatividade de refugiados e de solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado das outras regiões brasileiras, seguindo os mesmos procedimentos aplicados na etapa anterior com vistas a identificar os principais gargalos no processo de integração local de refugiados e de solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado no Brasil e propor o aprimoramento das políticas públicas voltadas ao tema.

6 BENEFICIÁRIOS

Os beneficiários diretos serão os órgãos da Administração Pública responsáveis pela construção de políticas públicas para refugiados e solicitantes do reconhecimento da condição de refugiados. Os beneficiários indiretos serão os próprios indivíduos público-alvo de tais políticas, ou seja, refugiados e solicitantes do reconhecimento da condição de refugiado.

7 VIGÊNCIA

24 meses.

8 CRONOGRAMA

Atividades	Set./2018 Fev./2019	Mar./2019 Ago./2019	Set./2019 Fev./2020	Mar./2020 Ago./2020	Responsabilidade pela execução
1. Pesquisa bibliográfica e documental	X				Ipea
2. Mapeamento das políticas públicas e dos programas voltados à proteção, ao apoio e à integração local de refugiados no Brasil	X				Ipea/SNJ
3. Elaboração da primeira versão do questionário sobre integração local de refugiados no Brasil	X				Ipea/SNJ
4. Aplicação de questionário da amostra parcial (pré-teste)	X				Ipea
5. Construção de banco de dados parcial, com a amostra do pré-teste	X				Ipea
6. Elaboração de Relatório Parcial	X				Ipea
7. Seminário para apresentação e discussão dos resultados parciais da pesquisa	X				Ipea/SNJ
8. Reestruturação metodológica/ajustes no questionário	X	X			Ipea/SNJ
9. Aplicação de questionário na amostra restante		X			Ipea
10. Construção de banco de dados final		X			Ipea
11. Tratamento e análise preliminar dos dados da pesquisa			X		Ipea
12. Revisão final dos dados da amostra			X		Ipea
13. Formulação do roteiro das entrevistas			X		Ipea/SNJ
14. Realização das entrevistas			X	X	Ipea
15. Elaboração do relatório final da pesquisa			X	X	Ipea
16. Seminário de apresentação e discussão dos resultados				X	Ipea/SNJ

9 METAS E ETAPAS

- Meta 1: mapeamento das políticas públicas e dos programas voltados à proteção, ao apoio e à integração local de refugiados no Brasil.
 - o Etapa 1: pesquisa bibliográfica e documental.
 - o Etapa 2: mapeamento das políticas públicas e dos programas voltados à proteção, ao apoio e à integração local de refugiados no Brasil.
 - o Etapa 3: elaboração da primeira versão do questionário sobre integração local de refugiados no Brasil.
 - o Etapa 4: aplicação de questionário da amostra parcial (pré-teste).
- Meta 2: criação de uma base de dados sobre refugiados e solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado residentes no Brasil.

- o Etapa 1: construção de banco de dados parcial, com a amostra do pré-teste.
- o Etapa 2: reestruturação metodológica/ajustes no questionário.
- o Etapa 3: aplicação de questionário na amostra restante.
- o Etapa 4: construção de banco de dados final.
- Meta 3: elaboração de diagnóstico dos problemas de integração local de refugiados e de solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado no Brasil.
 - o Etapa 1: elaboração de relatório parcial.
 - o Etapa 2: tratamento e análise preliminar dos dados da pesquisa.
 - o Etapa 3: elaboração do relatório final da pesquisa.

10 RESULTADOS ESPERADOS

- Indicação de possíveis aprimoramentos nas políticas públicas (práticas e formas de acesso); elaboração de artigos de apoio;
- realização de oficinas e seminários; e
- livro com os resultados da pesquisa.

11 CONCLUSÃO

Diante do exposto e entendendo que o presente plano de trabalho permitirá a construção de um diagnóstico de possíveis problemas e barreiras que impedem a integração local de refugiados e solicitantes de reconhecimento da condição de refugiados no Brasil, contribuindo para o aprimoramento das políticas públicas do Estado brasileiro para este grupo de indivíduos e para o fortalecimento institucional dos órgãos envolvidos, aprova-se o presente plano de trabalho.

Por estarem de acordo, os partícipes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma em português, perante as testemunhas a seguir, para que produza os efeitos jurídicos e legais em juízo e fora dele.

TESTEMUNHAS:

1.		2.	
NOME:		NOME:	
RG:		RG:	
CPF:		CPF:

Documento assinado eletronicamente por Ernesto Lozardo, Usuário Externo , em 26/09/2018, às 18:08, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.
Documento assinado eletronicamente por LUIZ PONTEL DE SOUZA, Secretário(a) Nacional de Justiça , em 27/09/2018, às 11:10, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.
<p>A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.autentica.mj.gov.br informando o código verificador 7120377 e o código CRC 0D3FC73E.</p> <p>O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça.</p>
Referência: Processo nº 08018.004147/2017-48	